

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.009.053 - RJ (2016/0287311-7)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : SPET PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADOS : RAPHAEL QUEIROZ DE MORAES MIRANDA - RJ095822
ANTÔNIO PEDRO RAPOSO E OUTRO(S) - RJ156565
AGRAVADO : ROBERTO DONATO E ASSOCIADOS-CONSULTORIA E
ADVOCACIA
ADVOGADOS : ROBERTO DONATO BARBOZA PIRES DOS REIS E OUTRO(S)
- RJ019791
ARTHUR CARLOS DA ROCHA MULLER - RJ017871
AGRAVADO : GUANACAR GUANABARA CARROS LTDA - ME
ADVOGADO : JOSÉ OSWALDO CORRÊA E OUTRO(S) - RJ012667

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por **SPET PARTICIPAÇÕES LTDA.**, contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 1038/1043 e-STJ).

O apelo nobre, amparado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (fl. 881, e-STJ):

Apelação cível. Ação de cobrança. Cessão de crédito. Controvérsia em relação à validade do contrato e dos respectivos instrumentos, com que o autor fundamenta a pretensão. Sentença de improcedência. Cerceamento de defesa não caracterizado. Laudo pericial conclusivo quanto à falsidade das assinaturas do representante da empresa cedente. Acervo probatório que não corrobora a pretensão do autor. Recurso a que se nega provimento.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 902/905, e-STJ).

Na origem, a demanda proposta versa sobre ação de cobrança visando o recebimento de valores decorrentes de cessão de crédito. O Juízo de primeiro grau julgou improcedentes os pedidos. O Tribunal *a quo* negou provimento ao recurso.

Em suas razões de recurso especial, a recorrente, ora agravante, aponta ofensa aos artigos 1022, II, do CPC/15, 407 e 435, do CPC/73. Sustenta, em síntese, que: i) houve negativa de prestação jurisdicional, pois o Tribunal deixou de se manifestar sobre os seguintes pontos: a regra do art. 407, do CPC/73 não impõe a indicação imediata do nome da testemunha; caberia ao juízo de piso valorar a produção da prova testemunhal que deveria ter sido produzida; não restou devidamente analisada a questão da intempestividade da impugnação ao laudo pericial; e ii) há cerceamento de defesa, pois a impugnação ao laudo pericial e a prova oral poderiam corroborar a sua tese quanto à cessão do crédito.

Contrarrazões às fls. 951/978, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do apelo especial, sob argumento de inexistir negativa a prestação jurisdicional, bem como rever o entendimento da Corte local demandaria o reexame de fatos e provas.

Daí o presente agravo (fls. 1087/1102, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência, no qual a recorrente objetiva refutar os óbices aplicados pela Corte estadual.

Contraminuta às fls. 1106/1119, e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **não merece prosperar**.

1. Quanto à apontada violação do artigo 1022, do CPC/15, não assiste razão à recorrente, porquanto clara e suficiente a fundamentação adotada pelo Tribunal de origem para o deslinde da controvérsia. (**Precedentes: AgRg no Ag 1.402.701/RS**, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 06.09.2011; **REsp 1.264.044/RS**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 01.09.2011, DJe 08.09.2011; **AgRg nos EDcl no Ag 1.304.733/RS**, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 23.08.2011, DJe 31.08.2011; **AgRg no REsp 1.245.079/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 16.08.2011, DJe 19.08.2011; e **AgRg no Ag 1.407.760/RJ**, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 09.08.2011, DJe 22.08.2011).

Destaque-se, por oportuno, que a matéria apontada como omitida - a) a regra do art. 407, do CPC/73 não impõe a indicação imediata do nome da testemunha; b) caberia ao juízo de piso valorar a produção da prova testemunhal que deveria ter sido produzida; c) não restou devidamente analisada a questão da intempestividade da impugnação ao laudo pericial - foi objeto de debate pela Corte local, consoante denotam os seguintes excertos do acórdão recorrido (fls. 399/407 e 883/884, e-STJ):

"Pela decisão a fls. 514 foi deferida a produção das provas requeridas pelas partes, conforme manifestação destas em audiência – ata a fls. 512 – **oportunidade em que o autor limitou-se a afirmar que pretendia “a produção de prova documental suplementar, bem como, a produção de prova pericial grafotécnica e prova oral, caso necessário se faça.”**, sem sequer informar quem pretenderia ouvir como testemunha. Ademais, cabe considerar que aquele a quem o apelante afirma que seria necessário ouvir – **Geraldo Luiz Ferreira Gordilho** – é gerente delegado da empresa. autora; portanto, eventualmente ouvido como informante, não se infere que tal prova teria o condão de descaracterizar a conclusão que se extrai do vasto acervo documental colacionado aos autos e da prova técnica realizada. Em relação à prova técnica, cabe considerar que o juiz conferiu prazo de cinco dias para a manifestação das partes sobre o laudo. **Em tal prazo o autor apenas apresentou impugnação genérica, desprovida de argumentos técnicos. A impugnação apresentada a fls. 655/662 o fora após o esgotamento do prazo conferido, sendo certo que os pareceres dos assistentes técnicos do autor também foram juntados intempestivamente, após o prazo de dez dias previsto no parágrafo único do artigo 433 do CPC, eis que a decisão foi publicada em 30/08/2012 e os citados pareceres foram anexados em 01/10/2012.** Nesse contexto, a prolação da sentença não configurou error in procedendo. Por outro lado, **as questões preliminares suscitadas pelo apelado não revelam pertinência, pois é incontroverso o levantamento pelo réu dos valores reclamados na inicial e a ciência deste sobre a alegada cessão, ainda que esta tenha se dado apenas em**

2006, como afirmou o réu; além da negativa deste em repassar o crédito à empresa que se qualifica cessionária. Assim, ainda que aferidos em tese, ao admitir-se a existência da cessão, presentes estariam a legitimidade ativa, a legitimidade passiva e o interesse de agir; tratar-se-ia de solucionar a lide com a resolução do mérito."

Portanto, verifica-se que a controvérsia foi integralmente solucionada pelo Tribunal de origem, com fundamento suficiente, não estando caracterizada a ofensa ao artigo 1.022, CPC/15, **pois não há que se confundir entre decisão contrária aos interesses da parte e negativa de prestação jurisdicional**, nem fundamentação sucinta com ausência de fundamentação.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OBRIGAÇÃO DE FAZER. OUTORGA DE ESCRITURA DEFINITIVA. PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DO PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 DO STF. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULAS 5 E 7 DO STJ. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO FIRMADO NO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação dos artigos 1022 e 489 do Código de Processo Civil de 2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. Não há falar, no caso, em negativa de prestação jurisdicional. A Câmara Julgadora apreciou as questões deduzidas, decidindo de forma clara e conforme sua convicção com base nos elementos de prova que entendeu pertinentes. No entanto, se a decisão não corresponde à expectativa da parte, não deve por isso ser imputado vício ao julgado.

2. No tocante à alegada prescrição quanto ao foro e laudêmio, incide os Enunciados 282 e 356, da Súmula do STF, ante a ausência de prequestionamento. Nota-se que, nos termos da jurisprudência pacífica desta Corte, ainda que se trate de matéria de ordem pública, é exigido o prequestionamento. Precedentes.

3. Conforme o entendimento sumulado nesta Corte, "a hipoteca firmada entre a construtora e o agente financeiro, anterior ou posterior à celebração da promessa de compra e venda, não tem eficácia perante os adquirentes do imóvel" (Súmula 308 do STJ). Incidência da Súmula 83 do STJ.

4. A alteração do entendimento do Tribunal de origem, e o acolhimento da pretensão recursal sobre o descabimento da multa aplicada, e o cumprimento do contrato, não é possível em sede de recurso especial, pois demandaria, necessariamente, reexame do conjunto fático - probatório dos autos, e interpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em razão dos óbices das Súmulas 5 e 7 do STJ.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1236910/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 29/04/2019, DJe 02/05/2019)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA AFASTADO. MATÉRIA DE PROVA ESTRITAMENTE DOCUMENTAL E JUNTADA AOS AUTOS. REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO COM A MESMA EQUIPE MÉDICA DA PRIMEIRA INTERVENÇÃO. REEMBOLSO DEVIDO. NECESSIDADE. ALTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Afasta-se a alegada negativa da prestação jurisdicional, tendo em vista que o v. acórdão recorrido adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia, não obstante tenha aplicado entendimento contrário aos interesses da parte recorrente.

2. Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide quando o Tribunal de origem entender substancialmente instruído o feito, declarando que a questão envolve matéria eminentemente de direito já provado documentalmente, como ocorreu na hipótese dos autos.

3. A alteração do que foi decidido pelas instâncias ordinárias, quanto ao reembolso da cirurgia e à necessidade, ou não, de o procedimento ser realizado pela mesma equipe médica da primeira intervenção, demandaria, necessariamente, o reexame do acervo fático-probatório contido nos autos, providência que é vedada pelas Súmulas 5 e 7 do STJ. Precedentes.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 936.410/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 13/06/2018)

2. Quanto à alegação de cerceamento de defesa, sem razão a recorrente. Isso porque esta Corte Superior tem entendimento no sentido de que a verificação da necessidade da produção de quaisquer provas, é faculdade adstrita ao juiz, de acordo com o princípio do livre convencimento motivado.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO E PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PERÍCIA CONTÁBIL E PROCESSO ADMINISTRATIVO. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO MAGISTRADO. ANÁLISE ACERCA DA APONTADA INSUFICIÊNCIA DE PROVAS QUE DEMANDA REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DA CONTRIBUINTE A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O acórdão recorrido consignou que a irresignação do Contribuinte é matéria de direito, prescindindo de realização de perícia contábil e que o Contribuinte tem acesso ao processo administrativo, de sorte que, apenas em caso de negativa da Autoridade Fiscal em fornecer cópia desse processo, é que se justificaria a determinação de juntada desses

documentos pela exequente. No caso dos autos, não há qualquer indicativo de que lhe tenha sido negado (fls. 128/129).

2. No Recurso Especial, sustentou-se a necessidade de reforma da decisão agravada, ante o cerceamento de defesa.

3. Entretanto, **no âmbito judicial, vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC/1973), motivo pelo qual, se o Magistrado, analisando as provas dos autos, entender não haver necessidade de novas produções de provas, além de formar o seu juízo de valor com aquilo que entender comprovado no processo, não há que se falar em cerceamento de defesa.**

4. O entendimento adotado pelo Tribunal de origem de que compete ao Magistrado impulsionar o processo e determinar as providências que entender pertinentes à solução da controvérsia (CPC/1973, arts. 130 e 262), não destoa da orientação jurisprudencial desta Corte Superior. Precedentes: AgInt no AREsp. 863.439/SP, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 15.4.2016; AgRg no REsp. 1.454.472/RS, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 23.9.2015.

5. Avaliar a necessidade ou não da juntada de provas aos autos requer uma nova incursão na seara probatória da causa, o que é defeso em Recurso Especial.

6. Agravo Regimental da Contribuinte a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 561.040/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 25/03/2019, DJe 01/04/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO DE PERDAS E DANOS. ART. 535 DO CPC/1973. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. PRODUÇÃO DE PROVAS. LIVRE CONVENCIMENTO DO JULGADOR. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Os vícios a que se refere o artigo 535, I e II, do CPC/1973 são aqueles que recaem sobre ponto que deveria ter sido decidido e não o foi, e não sobre os argumentos utilizados pelas partes, sendo certo que não há falar em omissão simplesmente pelo fato de as alegações deduzidas não terem sido acolhidas pelo órgão julgador.

2. A jurisprudência deste Tribunal Superior entende que a verificação da necessidade da produção de quaisquer provas, é faculdade adstrita ao magistrado, de acordo com o princípio do livre convencimento do julgador, e que a análise acerca do deferimento ou não de produção de provas enseja o revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula 7/STJ.

3. A Corte estadual, soberana na análise das provas dos autos, concluiu que, diante da impossibilidade de se restituir o veículo ao agravado, em razão da alienação a terceiro, deve a instituição financeira indenizar o recorrido na quantia equivalente ao valor do bem de acordo com a tabela FIPE. A revisão do julgado encontra óbice na da Súmula 7 do STJ.

4. Nos termos do art. 3º, § 6º, do Decreto-lei nº 911/1969, a sentença que decretar a "improcedência da ação" de busca e apreensão, condenará o credor fiduciário ao pagamento de multa, em favor do devedor fiduciante, equivalente a 50% do valor originalmente financiado, caso o bem

apreendido já tenha sido alienado. Precedentes.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 981.558/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 29/10/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITO AMBIENTAL. ART. 1.022 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. A alegada violação ao art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 não ficou caracterizada, tendo em conta que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia no tocante à instrução do feito e às provas postuladas, ainda que tenha decidido em sentido contrário à pretensão da ora agravante.

2. Em regra, a avaliação quanto à necessidade de produção de provas pelas instâncias ordinárias é inviável em recurso especial, por incidir o óbice da Súmula n. 7 do STJ. **No caso, o acórdão pautou sua motivação na existência de elementos suficientes para formação da sua convicção, conforme o princípio do livre convencimento motivado ou da persuasão racional. Incidência, no ponto, da Súmula 83/STJ.**

3. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 1380110/MT, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 11/02/2019, DJe 14/02/2019)

Portanto, estando o acórdão em consonância com o entendimento desta Corte, aplicável o óbice da súmula 83/STJ.

3. Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator